ETNOFOTOGRAFIA DAS RUÍNAS: MODOS DE ORGANIZAR E RESISTIR APÓS OS DEZ ANOS DO ROMPIMENTO DA BARRAGEM EM MARIANA

VITOR CARVALHO GOMES[1]
THAIS CASTRO KOCH [2]
LÍVIA GUIMARÃES FONTES [3]
JUSSARA JÉSSICA PEREIRA[4]

[1]*Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – adm.vitorcg@gmail.com*
[2]*Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – thaiskoch@id.uff.br*
[3] *Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – liviagfontes@gmail.com*
[4]*Instituto Federal do Paraná (IFPR) – jussarajpereira@gmail.com*

Resumo

Este artigo investiga como as ruínas do desastre-crime da barragem de Fundão, em Bento Rodrigues (Mariana-MG), atuam como dispositivos sociomateriais de organização, sustentando memória coletiva, resistência e reivindicações por justiça uma década após o rompimento. O objetivo é compreender de que modo os vestígios materiais do desastre continuam produzindo sentidos sociais, articulando luto, denúncia e ação coletiva. A pesquisa adota a etnofotografia como abordagem metodológica central, combinando caminhadas com a comunidade, escuta de narrativas orais e registro visual situado. O trabalho de campo foi realizado em novembro de 2025, durante as comemorações dos dez anos do rompimento, junto a moradores, lideranças e movimentos sociais de Bento Rodrigues e Mariana. As imagens produzidas são analisadas em quatro categorias: ruínas como testemunho material, como denúncia, como espaço ritual e como pedagogia da memória. Os resultados indicam que as ruínas não são resíduos passivos do passado, mas agentes ativos que ativam memórias, produzem afetos e mobilizam formas de organização coletiva. Conclui-se que, em Bento Rodrigues, organizar significa lembrar, cuidar, reparar e reivindicar justiça, e que a etnofotografia se revela método potente para investigar o sentido organizacional do sofrimento e da resistência em territórios feridos pela violência lenta do extrativismo. O estudo contribui para os Estudos Organizacionais ao demonstrar que ruínas atuam como dispositivos sociomateriais que organizam memória, afeto e resistência política.
Palavras-chave: Etnofotografia; Organização; Memória coletiva; Crime ambiental; Mariana.

Entre Ruínas e Silêncios: uma entrada pelo ato de memória

Estar em Bento Rodrigues, dez anos após o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, não é uma experiência simples. O território nos convoca. Cada ruína, cada silêncio, cada vestígio parece carregar uma potência quase indizível, como se a memória coletiva insistisse em se fazer ouvir mesmo quando tudo ao redor parece querer calá-la. Caminhar por esses espaços é, para nós, caminhar também sobre nós mesmos: sobre aquilo que vemos, mas também sobre o que não sabemos nomear.

Falamos a partir de um lugar situado, marcado pelo que somos e pelo que não somos. Somos um grupo de pesquisadores, professores e estudantes universitários de doutorado, que não viveram diretamente o desastre e que, por isso, sabem que não podem transmitir plenamente a experiência daqueles que tiveram suas vidas atravessadas pela lama. Ainda assim, não

estamos indiferentes. Nos afetamos pelas pessoas, suas lutas, suas angústias e sua resistência diária. Reconhecemos que o que sentimos é pequeno diante do que viveram, mas compreendemos que a ética começa justamente nesse reconhecimento. É desse lugar que escrevemos: um lugar de cuidado e compromisso político. Queremos ecoar aquilo que ainda resiste, registrar o que ainda é possível ver antes que o tempo e, sobretudo, a narrativa oficial, insista em apagar.

O dia 05 de novembro de 2015 marcou o país com a maior tragédia-crime ambiental de sua história: o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, pertencente à empresa Samarco Mineração S.A., controlada pela Vale S.A. e pela BHP Billiton Brasil Ltda. O mar de lama de rejeitos industriais destruiu comunidades inteiras, contaminou o Rio Doce e revelou a face mais brutal da mineração no Brasil. Anos depois, em 2019, o rompimento da barragem do Córrego do Feijão, em Brumadinho, sob responsabilidade da Vale S.A., reabriu feridas que nunca haviam cicatrizado.

O que se rompeu em Bento Rodrigues não foi apenas uma estrutura física romperam-se identidade, rotinas, laços simbólicos que uniam pessoas, histórias e afetos ao território. A lama cobriu o solo, mas contaminou também o ar, os vínculos, as memórias e as possibilidades de futuro. Estar ali, uma década depois, é para nós um gesto de escuta, é aceitar que há dores que não cabem em palavras, mas que ainda merecem ser acompanhadas. É perceber o que resiste e o que foi soterrado, não apenas pelo rejeito, mas pelo esquecimento imposto.

A motivação deste trabalho nasce do compromisso de não esquecer. Queremos fazer da memória uma forma de resistência. Reconhecemos a dor das pessoas que vivem com essa lembrança todos os dias, aquelas que foram privadas da escolha entre o que lembrar ou esquecer. Inspiramo-nos em Certeau (1994, p. 14-15), para quem a história é uma construção social feita a partir do presente, tecida por cortes que definem o que será lembrado ou esquecido. Nesse sentido, recordar é também um ato político, é contrariar a lógica que tenta normalizar, pacificar ou encerrar um desastre que ainda não terminou.

Nesse horizonte, este artigo é orientado pela seguinte pergunta teórica: **Como as ruínas atuam como dispositivos sociomateriais de organização, sustentando memória coletiva, resistência e reivindicações por justiça?**

Propomos, assim, uma etnofotografia de Bento Rodrigues dez anos depois, uma forma de pesquisa que busca o sensível, que aproxima imagem e narrativa para escutar o que o território tem a dizer ou a ocultar. As fotografias, acompanhadas de fragmentos etnográficos, não pretendem reconstruir o passado, mas revelar suas ausências, seus rastros, suas resistências. Queremos compreender como e se a vida continua entre as ruínas.

Este trabalho é, portanto, uma tentativa de olhar com cuidado, ouvir com respeito e escrever com responsabilidade. É um gesto pequeno diante da magnitude da dor, mas ainda assim necessário, ou seja, um gesto para que o que resta não desapareça. Um gesto para que a memória permaneça. Um gesto para que, juntos, possamos continuar perguntando o que significa estar diante de um desastre que ainda não terminou de acontecer.

O rompimento da barragem de Fundão expôs, de modo brutal, as contradições de um modelo de desenvolvimento estruturado sobre a lógica extrativista que historicamente sacrifica territórios e corpos periféricos em nome do crescimento econômico. Zhouri (2023) argumenta que os desastres da mineração no Brasil não são eventos isolados, mas expressões de uma crise que se manifesta tanto em sua dimensão crítica, o colapso súbito e visível, quanto em sua dimensão crônica, que envolve a deterioração lenta, cotidiana e muitas vezes invisível das condições de vida das populações atingidas. Em Bento Rodrigues, essa dualidade se torna palpável: a lama que soterrou casas e vidas em novembro de 2015 ainda se faz presente, dez

anos depois, nas paredes das ruínas, nos relatos das pessoas e na morosidade dos processos de reparação.

Compreender esse desastre implica, portanto, situar Bento Rodrigues dentro de uma cartografia mais ampla de injustiça ambiental. Acselrad (2021) aponta que o racismo ambiental se manifesta pela imposição assimétrica de riscos ambientais a grupos vulnerabilizados, desprovidos de instrumentos de proteção e de voz nos processos decisórios. Dados reveladores mostram que das vítimas imediatas do rompimento, 84,5% eram negras, o que evidencia que o desastre não escolheu seus alvos aleatoriamente: ele atuou sobre corpos e territórios historicamente marginalizados, confirmando que a lama da Samarco carregou consigo a sedimentação de séculos de desigualdade estrutural. Essa perspectiva é fundamental para que não naturalizemos o sofrimento como tragédia inevitável, mas o reconheçamos como produto de escolhas políticas, econômicas e institucionais que elegem quem pode ser sacrificado.

O próprio conceito de "tragédia", aliás, merece ser interrogado criticamente. Como sublinham Zhouri et al. (2016), a classificação do rompimento de Fundão como tragédia, termo que evoca o acidental, o inevitável, o destino, funciona como dispositivo discursivo de despolitização. Ao denominar o evento como crime, as próprias comunidades atingidas acionam uma semântica radicalmente distinta, que implica agentes, responsabilidades e obrigações de reparação. Não é por acaso que as inscrições nas paredes de Bento Rodrigues usam palavras como "matar" e "rejeitar": elas recusam a linguagem do acaso e afirmam a intencionalidade estrutural do que aconteceu. Pesquisar esse território significa, também, tomar posição nessa guerra de palavras, conceitos e sentidos.

A dimensão territorial do desastre merece, igualmente, uma análise mais aprofundada. Antes do rompimento, Bento Rodrigues era um subdistrito com vida comunitária intensa, marcada por festas religiosas, redes de vizinhança, práticas agrícolas e modos de vida fortemente enraizados no lugar. A lama não destruiu apenas estruturas físicas, ela apagou os referenciais espaciais que organizam a memória, a identidade e o pertencimento. Como argumenta Santos (1996), o território não é apenas o chão onde se vive, mas o conjunto de relações, afetos e significados que transformam o espaço em lugar habitado. Ao perder o território, as famílias de Bento Rodrigues perderam também uma parte de si mesmas, aquela parte que só existe em relação ao lugar.

O deslocamento compulsório das famílias para hotéis e pousadas de Mariana nos dias imediatamente após o rompimento, e sua posterior instalação em casas alugadas, representa uma forma de violência que ultrapassa a dimensão material da perda. Como demonstra a literatura sobre deslocamentos forçados, a ruptura com o território de origem produz efeitos profundos sobre a saúde mental, sobre a organização familiar e sobre as redes de solidariedade comunitária. Relatos de conversas com os atingidos de Paracatu de Baixo indicam que, mesmo anos após o desastre, moradores relatam sentir-se "inquilinos" nos espaços que habitam, incapazes de construir o mesmo sentido de pertencimento que tinham em seus locais de origem. Esse dado revela que a reparação material, por mais necessária que seja, é insuficiente para restituir o que foi destruído.

A violência do desastre não se encerrou em novembro de 2015. Ela se prolonga no tempo, assumindo formas diversas que Nixon (2011) designa como violência lenta: aquela que ocorre gradualmente, fora das câmeras, acumulando danos que raramente chegam a ser percebidos como crise pelos que não a vivem. Nos anos subsequentes ao rompimento, as famílias atingidas ainda enfrentaram deslocamentos compulsórios, processos de reassentamento marcados por disputas sobre o que significa ser "atingido", burocracias que as excluíam das decisões sobre suas próprias vidas e uma Fundação Renova (criada pelas próprias

empresas responsáveis) que acumulou críticas por reproduzir assimetrias de poder em vez de promover reparação genuína. Somente em 2024, quase uma década após o crime, um novo acordo de reparação foi homologado, marco que, apesar de significativo, foi precedido por um longo período em que as vozes das comunidades atingidas foram sistematicamente secundarizadas.

É nesse contexto de violência contínua e disputas narrativas que nossa entrada em campo ganha sentido ético e político. Pesquisar Bento Rodrigues dez anos depois não é um gesto de clausura retrospectiva, mas um ato de reconhecimento de que o desastre ainda não terminou. Como observam Souza e Silva (2021), os efeitos do rompimento seguem sendo vividos cotidianamente pelas comunidades, atravessando dimensões da saúde, da identidade, do trabalho e do pertencimento territorial. A cada nova negativa de reparação, a cada prazo prorrogado, a cada narrativa institucional que minimiza os danos, o desastre recomeça. Estar ali, com câmera e caderno, é uma forma de testemunhar o que as narrativas oficiais insistem em apagar.

A questão da narrativa, com efeito, é central nesse campo de disputas. Condenadas pela Justiça Federal em 2024 por propagarem narrativas que a sentença classificou como eufemisticamente distorcidas sobre os impactos do rompimento, a Renova, a Samarco, a Vale e a BHP investiram dezenas de milhões de reais em campanhas publicitárias entre 2018 e 2021 com o objetivo de minimizar as consequências do desastre junto à opinião pública. Esse dado revela a dimensão sistemática do esforço institucional de apagamento, que Certeau (1994) descreveria como uma operação sobre o passado que o torna dócil e silencioso, funcional à reprodução dos interesses dominantes. A pesquisa acadêmica comprometida com as comunidades atingidas precisa, portanto, operar em contracorrente: tornar visível o que se quer invisível, nomear o que se quer silenciar.

Além das disputas narrativas, o próprio território de Bento Rodrigues segue sendo objeto de conflitos materiais. A questão do reassentamento, que se estendeu por anos em negociações marcadas pela exclusão das comunidades dos processos decisórios, revela como o direito ao lugar, tão fundamental quanto o direito à reparação financeira, foi tratado de modo secundário pelas empresas responsáveis. Soares (2024) demonstra que o processo de reassentamento do subdistrito de Bento Rodrigues foi marcado por violências sobre as territorialidades dos indivíduos atingidos, na medida em que o novo espaço físico raramente correspondeu às expectativas e necessidades levantadas pelas famílias. Retornar a Bento Rodrigues, nesse contexto, é também um ato de afirmação do pertencimento a um lugar que nunca deveria ter sido destruído.

Caminhar, Ouvir, Fotografar: um percurso metodológico sensível

Nosso percurso metodológico foi construído a partir de uma pesquisa situada e sensível (Favret-Saada, 2005), que reconhece o campo como um espaço capaz de nos afetar e de transformar nossa própria forma de ver, ouvir e registrar. A ida a Bento Rodrigues (subdistrito de Mariana-MG) ocorreu como parte de uma atividade conjunta entre grupos de pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), por ocasião dos dez anos do rompimento da barragem de Fundão. Embarcamos no ônibus da UFOP, acompanhados por estudantes e professores, já conscientes de que não se tratava de uma visita técnica, mas de um exercício de memória e homenagens conduzidos e construídos pelas próprias comunidades atingidas. Desde o início da viagem, assumimos uma

postura de escuta atenta e respeito, orientados pela ideia de que, no trabalho de campo, estar presente é também aceitar ser atravessado pelo que o território e as pessoas tornam visível.

Ao chegarmos, fomos recebidos por moradores, familiares de vítimas e lideranças locais que organizaram um percurso simbólico pelas ruínas do antigo subdistrito. Caminhamos junto com eles, conscientes de que o ato de caminhar também compõe o método, conforme sugere Ingold (2011), é pelo movimento do corpo no mundo que se tecem compreensões e formas de conhecer. Cada passo entre as casas destruídas, caminhos tomados pela vegetação e espaços marcados pela ausência fazia emergir dimensões da experiência que documentos oficiais não capturam.

Seguimos até a Igreja de Nossa Senhora da Mercês, onde ocorreu um culto ecumênico, e ali a palavra foi compartilhada entre diferentes vozes: comunidade, poder judiciário, poder executivo do município e do governo federal, movimentos sociais, religiosos e pessoas da comunidade que foram atingidas. As falas delas, carregadas de lembrança e resistência, foram especialmente marcantes, são memórias que, como aponta Bosi (1994), lutam continuamente contra a erosão e contra a imposição do esquecimento. Mais tarde, acompanhamos o deslocamento de uma grande cruz de madeira até as ruínas da antiga Capela de São Bento, onde foram fixadas dezenove cruzes menores com os nomes das vítimas do rompimento. Esse gesto, conduzido exclusivamente pela comunidade, constituiu um ritual de luto e afirmação política. Como observa Das (2007), pequenos rituais e atos coletivos materializam esforços de "refazer o mundo" após o trauma.

O momento simbólico culminou com a soltura de balões biodegradáveis vermelhos, que levavam em seu interior sementes nativas, simbolizando o renascimento da vida e a esperança de que algo ainda possa florescer sobre o que foi destruído. Durante este momento, cânticos e orações foram entoados por padres e membros da comunidade. Permanecemos em silêncio, compreendendo, com Sontag (2003), que certos acontecimentos exigem uma ética da presença, em que observar não significa capturar tudo, mas acompanhar com responsabilidade.

No mesmo dia, em Mariana, acompanhamos outro ato público, realizado na Praça Gomes Freire, organizado pela Revista Sirene, por entidades e movimentos sociais. O ato iniciou-se com o som de uma sirene ecoando pela praça, que provocava certo pânico e desconforto. Logo em seguida, uma voz ao microfone explicava: se aquela sirene tivesse tocado no dia do desastre, talvez não evitasse a tragédia, mas poderia ter salvado vidas. A sirene que ecoou pela praça, funcionou como uma forma de memória performativa (Butler, 2016), recolocando no presente o que faltou no passado. Após o som, houve falas de moradores, professores, políticos e representantes de entidades, compondo um espaço de denúncia, memória e partilha da dor que ainda reverbera.

Ao longo de todo esse percurso, nossa postura metodológica se ancorou em uma perspectiva que integra narrativas, escutas e imagens. Reconhecemos que muitos dos saberes mobilizados pelas pessoas atingidas não se encontram reunidos em acervos formais, tampouco catalogados ou preservados institucionalmente. Trata-se, muitas vezes, de memórias orais, tradicionalmente desvalorizadas no cânone ocidental e alvos de epistemicídios (Carneiro, 2005), que sobrevivem nos espaços domésticos, familiares e comunitários. Como lembra Perrot (1989), o registro histórico habitual negligenciou modos de vida e formas de expressão que escapam aos grandes eventos da vida pública. Por isso, valorizamos a oralidade como fonte legítima e necessária, capaz de revelar dimensões que documentos burocráticos jamais alcançariam.

A fotografia, integrada à pesquisa como recurso metodológico, ampliou nossas possibilidades de apreensão dos detalhes e dos gestos do campo. Imagens produzidas por nós,

autorizadas pela comunidade e sempre situadas no contexto da interação, permitiram captar elementos que complementam e expandem as narrativas orais. De acordo com Molina e Barbosa (2020), reconhecer a imagem como componente da construção histórica é assumir seu valor como evidência que revela rastros, marcas e acontecimentos concretos.

Nesse sentido, o arcabouço da antropologia visual fornecido por Collier (1973) foi essencial. Para ele, a fotografia atua não apenas como registro, mas como instrumento de investigação, comparação e aprofundamento analítico. A câmera funciona como mediadora entre pesquisador e campo, reduzindo distâncias sociais e culturais e permitindo que aspectos sutis, muitas vezes imperceptíveis à memória ou à retina, sejam devidamente observados, revisitados e interpretados. A fotografia, assim, não substitui nossa presença, mas a estende, funcionando como um prolongamento do olhar que nos ajuda a perceber traços do sofrimento, da resistência e do cotidiano que os relatos, sozinhos, não comportam.

Guiados por Pink (2013), compreendemos a etnofotografia não como mero registro, mas como prática sensível e colaborativa, na qual as imagens dialogam com os sujeitos e com o território. Buscamos produzir fotografias que não falassem por nós, mas que permitissem que o território e a comunidade falassem através delas.

A escolha pela etnofotografia como abordagem metodológica central responde também a uma demanda epistemológica de primeira ordem: a necessidade de produzir conhecimento a partir de e com as comunidades, não apenas sobre elas. Pink (2021), em revisão ampliada de sua obra seminal, reafirma que a etnografia visual contemporânea deve ser entendida como prática multissensorial e colaborativa, capaz de articular dimensões corporais, afetivas e digitais da experiência. Nessa perspectiva, a imagem não é um produto a ser entregue ao leitor, mas um processo em curso, negociado entre pesquisador, sujeitos e território. Cada fotografia produzida em Bento Rodrigues foi, antes de tudo, um momento de encontro.

Essa concepção dialoga com o que Azzarito (2023) denomina pesquisa visual participativa, na qual os significados são construídos coletivamente entre pesquisadores e sujeitos. Em nosso percurso, as fotografias foram constantemente devolvidas aos moradores para validação e reinterpretação. Nesse movimento circular, a imagem ganha uma função reflexiva: ela não apenas registra a experiência, mas a transforma, abrindo espaços de elaboração e nomeação do sofrimento que, muitas vezes, a linguagem verbal não alcança. O gesto fotográfico torna-se, assim, um ato de escuta ampliada.

Outro elemento metodológico central foi a atenção às narrativas testemunhais produzidas pelas próprias comunidades ao longo dos últimos dez anos. O Jornal A Sirene, publicado desde fevereiro de 2016 pelos próprios atingidos, constitui um arquivo vivo de memória e resistência. Souza e Carneiro (2019) analisam como o jornal se estabeleceu como lugar de memória no sentido noreano do termo, disputando com a narrativa corporativa a versão legítima sobre o desastre. Em nossas caminhadas, ouvimos referências ao jornal feitas pelos próprios moradores como instrumento de luta, o que revela que a produção coletiva de narrativas não é apenas registro, mas também arma simbólica de enfrentamento ao apagamento.

A dimensão ritual dos atos que acompanhamos durante o campo merece análise aprofundada. O deslocamento coletivo da cruz de madeira, a fixação das dezenove cruzes com os nomes das vítimas, a soltura dos balões com sementes nativas: esses gestos constituem o que Das (2007) chama de práticas de refazimento do mundo, microações que restauram, mesmo que parcialmente, o tecido social dilacerado pela violência. Butler (2016) nos lembra que o luto coletivo, quando tornado público, é também um ato político: ele afirma a precariedade compartilhada e reivindica que certas vidas merecem ser pranteadas, resistindo à lógica que

distribui desigualmente a passibilidade de luto. Em Bento Rodrigues, chorar em público, carregar cruzes, entoar cânticos é recusar a invisibilidade imposta.

A perspectiva do caminhar como método, proposta por Ingold (2011), adquiriu em nosso trabalho de campo uma dimensão adicional: a de caminhar com a comunidade, no seu ritmo, segundo os trajetos por ela definidos. Esse aspecto é fundamental, pois inverte a lógica habitual da pesquisa social, na qual o pesquisador define os roteiros e os informantes os percorrem. Em Bento Rodrigues, foram os moradores que nos guiaram, que escolheram o que mostrar, o que nomear, o que guardar em silêncio. Esse protagonismo no percurso é, ele mesmo, uma forma de organização: ele revela que a comunidade tem uma pedagogia própria sobre sua tragédia, que não precisa de mediação externa para se articular.

A atenção às micronarrativas e aos gestos cotidianos revelou, ainda, dimensões do sofrimento que dificilmente emergiriam em entrevistas formalizadas. Uma moradora que parou diante de uma parede marcada pela lama e passou a mão sobre a textura ressecada, sem dizer uma palavra; um senhor que apontou para um portão soterrado e disse apenas "minha casa era aqui"; uma criança que correu entre as ruínas como se elas fossem um parque, indiferente ao que os adultos ao redor vivenciavam: essas cenas, que a câmera capturou, mas que nenhuma entrevista teria provocado, são também dados etnográficos. Favret-Saada (2005) ensina que ser afetado pelo campo não é uma fraqueza metodológica, mas uma condição de possibilidade do conhecimento sensível. Deixar-nos ser atravessados por esses momentos foi, em nosso entendimento, o ato metodológico mais honesto que pudemos realizar.

Por fim, cabe refletir sobre os limites éticos da pesquisa visual em contextos de sofrimento extremo. Fotografar ruínas e pessoas em contextos de dor envolvem responsabilidades que vão além do consentimento formal. Implica perguntar continuamente: para quem serve esta imagem? Quem ela beneficia? O que ela pode fazer circular que os próprios moradores não desejam? Em nosso trabalho, optamos por não publicar fotografias de rostos sem autorização explícita dos sujeitos, por não estetizar a dor a ponto de desconectá-la de seus contextos políticos e por devolver as imagens às comunidades como parte do processo. Essas escolhas não eliminam as tensões inerentes à posição do pesquisador-fotógrafo, mas as tornam parte do horizonte ético da pesquisa, inscrevendo a responsabilidade no próprio método.

Desse modo, nosso percurso metodológico integra caminhadas, rituais, escutas, narrativas e imagens, compondo uma abordagem que reconhece a memória como disputa e como direito. Mais do que documentar, procuramos acompanhar. Mais do que observar, buscamos estar com. E, nesse gesto, tentamos produzir um conhecimento comprometido com a dignidade, a história e a resistência das pessoas atingidas.

Olhar que Acompanha: fragmentos visuais de um território ferido

A análise que se segue está organizada a partir de um modelo conceitual que articula seis dimensões interligadas: (1) ruínas materiais como suportes físicos do desastre; (2) ativação de memórias individuais e coletivas ancoradas nesses vestígios; (3) produção de afetos, luto, revolta, esperança, que emergem desse encontro; (4) rituais e narrativas que tornam públicos esses afetos; (5) ação coletiva articulada a partir dessas práticas; e (6) resistência política que contesta as narrativas oficiais e reivindica justiça. Esse encadeamento, inspirado em abordagens sociomateriais do organizing (Orlikowski, 2007; Barad, 2003), permite compreender as ruínas não como cenário passivo, mas como agentes ativos na produção de sentidos e de formas de organização coletiva.

As fotografias são organizadas em quatro categorias analíticas: (a) ruínas como testemunho material (Fotos 1, 6 e 7), nas quais a materialidade da lama e dos escombros constitui evidência irrefutável do desastre; (b) ruínas como denúncia (Fotos 2, 3 e 5), nas quais o espaço degradado se converte em suporte de inscrições políticas e de acusação moral; (c) ruínas como espaço ritual (Fotos 4, 8 e 10), que capturam gestos coletivos de luto, fé e resistência; e (d) ruínas como pedagogia da memória (Fotos 9 e 10), nas quais o ato de reunir-se e celebrar transmite intergeracionalmente a memória do desastre e o compromisso com a justiça. Essa organização não é exaustiva nem mutuamente exclusiva, muitas imagens transitam entre categorias, mas oferece um roteiro analítico que torna mais nítida a relação entre o visual e o teórico.

Figura 1 – Modelo Conceitual: as ruínas como dispositivos sociomateriais de organização, memória e resistência.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2026.

Foto 1- Quando a lama redesenha a arquitetura

O interruptor quase ao nível do chão e o portão parcialmente soterrado revelam a elevação do piso, a lama subiu a ponto de redesenhar a altura da porta e apagar a antiga entrada da escola, a arquitetura deslocada denuncia a evidência precisa do soterramento. Esse soterramento, materializado de forma nas ruínas desta escola, é também simbólico. Sob o rejeito, operou-se o soterramento do saber, a interrupção abrupta dos sonhos e a diminuição de possibilidades do próprio futuro da comunidade. [Materialidade: lama ressecada como inscrição duradoura do desastre; Memória: escola destruída como apagamento do direito ao saber; Afeto: luto pela interrupção do futuro; Ação coletiva: memória preservada como ato de resistência; Resistência: recusa ao silêncio sobre o soterramento simbólico.]



Foto: Bento Rodrigues, Mariana-MG, 2025.

Foto 2 - Quando o muro se torna manifesto

O muro se torna superfície de resistência, a inscrição “Samarco queria nos matar” sintetiza a acusação moral e política dos atingidos, revelando como a rua se converte em espaço de disputa por memória e justiça. [Materialidade: muro como suporte de inscrição política; Memória: acusação que recusa o apagamento do crime; Afeto: revolta como combustível da denúncia; Ação coletiva: produção coletiva de narrativa contra-hegemônica; Resistência: disputa simbólica pelo sentido do desastre.]



Foto: Bento Rodrigues, Mariana-MG, 2025.

Foto 3 - Quando o ruído do rejeito vira grito no escuro das ruínas

A faixa instalada nas ruínas de uma casa destruída transforma o espaço abandonado em palco de protesto. Ao afirmar "Se você rejeita o rejeito, nós também rejeitamos. Tire essa merda daqui!!!", os moradores expressam a revolta contra a permanência dos rejeitos da mineração, denunciando a violência continuada do desastre. A própria arquitetura em colapso, tomada pela vegetação, marcada pela lama e pelos escombros, reforça a materialidade do dano e a urgência do clamor por justiça e remoção do que os atinge até hoje. [Materialidade: ruína como palco de protesto; Memória: denúncia que atualiza o desastre no presente; Afeto: revolta diante da violência contínua; Ação coletiva: produção coletiva de linguagem de contestação; Resistência: exigência pública de reparação e remoção do rejeito.]



Foto: Bento Rodrigues, Mariana-MG, 2025.

Foto 4 - Fé entre os escombros: São Bento guardando a lama

A imagem de São Bento, afixada sobre um bloco sujo pela lama, cria um contraste potente entre destruição e devoção. Dentro da estrutura improvisada que abriga o que restou após o desastre, a presença do santo simboliza um amparo espiritual diante da perda material. A frase "A força do povo está na fé" revela como a comunidade mobiliza espiritualidade para enfrentar o trauma, entre ruínas, incertezas e a persistência da lama que marcou o território. [Materialidade: imagem religiosa sobre lama como dispositivo de sentido; Memória: fé como forma de preservar a identidade territorial; Afeto: esperança e amparo espiritual diante do trauma; Ação coletiva: mobilização da espiritualidade como recurso comunitário; Resistência: afirmação da dignidade em meio à destruição.]



Foto: Bento Rodrigues, Mariana-MG, 2025.

Foto 5 - Território ferido: o aviso que denuncia os responsáveis

A placa de "Propriedade Particular" cumpre duas funções simultâneas: marca o território da família Quintão e, ao mesmo tempo, transforma-se em denúncia explícita. Ao afirmar que "cabe aos responsáveis que jogaram o rejeito de minério fazer a limpeza", o aviso desloca o sentido comum de proibição de entrada para um ato político, revelando a luta de pequenos proprietários por reconhecimento, reparação e justiça. O letreiro, desgastado e marcado pelo tempo, torna-se testemunho material de um conflito socioambiental que ultrapassa cercas e documentos. [Materialidade: placa desgastada como testemunho material da disputa; Memória: nome de família como afirmação de pertencimento e direito; Afeto: indignação expressa na linguagem cotidiana; Ação coletiva: inscrição individual que ecoa uma reivindicação coletiva; Resistência: recusa à impunidade dos responsáveis pelo desastre.]



Foto: Bento Rodrigues, Mariana-MG, 2025.

Foto 6 - O bar silenciado: entre lama, escombros e um pebolim imobilizado

O interior do antigo bar mostra uma mesa de pebolim soterrada pela lama e deformada pelo impacto do rejeito, revelando como o desastre interrompeu espaços de convivência, lazer e encontro comunitário. A lama, agora seca e aderida às estruturas, transforma o que antes era cotidiano em ruína. Entre os destroços, pequenos brotos de vegetação emergem, contrapondo vida ao cenário de destruição e lembrando que o território, apesar de ferido, resiste e insiste em renascer. A parede cicatrizada ou a mesa de pebolim imobilizada organizam o espaço do presente, pois impõem aos corpos que ali transitam uma parada compulsória, um desvio de rota, ou um instante de silêncio. [Materialidade: pebolim soterrado como monumento involuntário da vida interrompida; Memória: espaço de sociabilidade perdida como evidência do que foi destruído; Afeto: luto pelo cotidiano, pela leveza e pelo encontro que não existem mais; Ação coletiva: vegetação como metáfora da persistência da vida; Resistência: presença do ordinário como denúncia da extraordinária violência do desastre.]



Foto: Bento Rodrigues, Mariana-MG, 2025.

Foto 7 - Parede cicatrizada pela lama

A superfície da parede, marcada por camadas irregulares de lama ressecada, funciona como uma espécie de pele do desastre. As texturas revelam o fluxo, o impacto e a permanência do rejeito, que se infiltrou na arquitetura e se tornou parte dela. O que antes era reboco agora é sedimento incorporado à estrutura, transformando a casa em testemunho físico da violência ambiental. Ao lado, a vegetação que insiste em brotar contrasta com essa memória incrustada, compondo uma cena de perdas, marcas e resistência silenciosa. [Materialidade: camadas de lama como estratigrafia do desastre; Memória: parede como arquivo vivo e irrefutável da violência ambiental; Afeto: silêncio diante de marcas que dispensam palavras; Ação coletiva: preservação das ruínas como gesto político de não apagamento; Resistência: vegetação como símbolo de persistência da vida sobre o dano.]



Foto: Bento Rodrigues, Mariana-MG, 2025.

Foto 8 - Carregar juntos: o peso da memória e da luta

A imagem retrata moradores e apoiadores carregando, coletivamente, um grande cruzeiro de madeira, gesto que simboliza união, resistência e reconstrução comunitária. A força coletiva expressa que o enfrentamento do desastre e suas consequências não é individual, mas compartilhado. O ato de carregar o cruzeiro transforma-se em metáfora da própria caminhada dos atingidos: pesada, exigente, mas sustentada pelos ombros de muitos, na afirmação de que a memória e a justiça só avançam quando são fardos divididos. [Materialidade: cruzeiro de madeira como objeto que distribui peso e responsabilidade coletiva; Memória: ritual como prática de preservação da experiência compartilhada; Afeto: solidariedade e pertencimento em gesto de carregamento conjunto; Ação coletiva: organização espontânea dos corpos em torno de um símbolo comum; Resistência: demonstração pública de que a luta coletiva é insubstituível.]



Foto: Bento Rodrigues, Mariana-MG, 2025.

Foto 9 - A comunidade reunida diante da igreja restaurada

A imagem mostra a comunidade reunida em frente à igreja recém-restaurada, espaço que simboliza memória, fé e continuidade. Após o desastre, a reocupação desse território sagrado representa não apenas a recuperação de um edifício, mas a reafirmação do pertencimento e da vida coletiva. As pessoas que se juntam diante da porta aberta compõem uma cena de celebração, resistência e reconstrução simbólica, gesto de que, apesar da destruição, a comunidade permanece de pé e presente. [Materialidade: igreja restaurada como dispositivo de reancoragem identitária; Memória: espaço sagrado como suporte da continuidade comunitária; Afeto: pertencimento e celebração da persistência coletiva; Ação coletiva: reunião pública como afirmação de coesão social; Resistência: reocupação do território como recusa ao apagamento definitivo.]



Foto: Bento Rodrigues, Mariana-MG, 2025.

Foto 10 - A crucificação: sinal de luto e luta

A cruz de madeira, vestida com um pano vermelho, ergue-se como um marco simbólico no território atingido. O vermelho convoca tanto o luto quanto a luta, evocando vidas interrompidas e a persistência da reivindicação por justiça. Ao redor, pessoas se reúnem em gesto de respeito, cuidado e presença, compondo um ritual coletivo que reinscreve significado no lugar devastado. A cruz torna-se, assim, não apenas símbolo religioso, mas também emblema político da resistência e da memória que a comunidade se recusa a deixar desaparecer. [Materialidade: cruz vermelha como objeto que condensa luto e luta; Memória: ritual fúnebre como ato de inscrição pública das vítimas; Afeto: luto coletivo como prática política de reconhecimento das vidas perdidas; Ação coletiva: reunião ritual como forma de organização da memória; Resistência: recusa ao esquecimento e à impunidade, expressa no símbolo que permanece erguido.]



Foto: Bento Rodrigues, Mariana-MG, 2025.

No exercício de produzir o ensaio visual, enfrentamos a tarefa central da etnografia: decidir o que iria ser visto, registrado e interpretado. Isso implica compreender o território e seus habitantes a partir de suas próprias categorias e sensibilidades, e não das prioridades externas dos pesquisadores. Tanto as imagens quanto os relatos orais tornam-se, assim, formas complementares de aprendizado e diálogo. Como já observado por Piault (2012) e Peixoto (2004), a câmera pode funcionar como um mediador, não um dispositivo neutro, mas um objeto que abre conversas, aproxima corpos e produz encontros. Fotógrafos e fotografados passam a compartilhar uma cena, e a imagem resultante sempre carrega essa relação implícita. No caso desta pesquisa, essa mediação operou de forma explícita quando as imagens das ruínas de Bento Rodrigues funcionaram não como capturas estáticas, mas como disparadoras de novas narrativas e evocações em quem se coloca diante delas.

Nesse sentido, seguimos a perspectiva de Colleyn ao compreender que a fotografia não captura a "coisa em si", mas sim a representação possível daquele momento, daquele gesto, daquele vestígio. Por isso, é essencial reconhecer as potencialidades e os limites do meio. A fotografia exige escolhas interpretativas: enquadramento, distância, luminosidade, direção do olhar. Cada clique indica um posicionamento, ético, estético e político. Ao analisar uma imagem, torna-se evidente de onde falamos, com quem falamos e o quanto nos aproximamos ou nos distanciamos da cena. Estar consciente desse lugar e ajustar-se quando necessário é parte integrante da prática de registrar.

No decorrer do trabalho de campo, a fotografia ofereceu um modo de decompor a realidade em detalhes que, muitas vezes, passam despercebidos a olho nu: a altura da lama em relação ao interruptor, o portão soterrado, a porta desnivelada, a ferrugem sobre o ferro exposto. Esses fragmentos visuais, quando revisados, ajudam a decidir o que precisa ser aprofundado, retornado, discutido com os moradores. Funcionam como índices precisos, permitindo reinterpretar o território e orientar os passos seguintes. Assim como assinalam tradições da antropologia visual, o registro fotográfico não substitui a experiência, mas a prolonga e, por vezes, a intensifica.

Além disso, como os arquivos fotográficos circulam com facilidade, eles permitem que os sujeitos da pesquisa participem ativamente da elaboração dos sentidos. Mostramos imagens a moradores, que nos devolviam explicações, interpretações, memórias e advertências. Muitas das fotografias das ruínas, tornaram-se disparadoras de comentários sobre o passado, sobre o que havia ali, sobre a altura da lama e sobre as vidas interrompidas. Esse movimento alimentou nossa compreensão e devolveu às imagens sua dimensão relacional.

Ao privilegiar a fotografia desde o início do trabalho, construímos um olhar atento tanto aos detalhes quanto às vistas amplas, às texturas quanto às ausências. Esse olhar visual alimentou o próprio percurso narrativo do ensaio, guiando nossas escolhas sobre o que enfatizar e como apresentar o território sem estetizar a dor, mas reconhecendo a força das marcas materiais que Bento Rodrigues ainda carrega dez anos após o rompimento. Assim, as imagens que compõem o ensaio visual são menos uma tentativa de ilustrar e mais um modo de escutar, com os olhos, aquilo que o território insiste em dizer.

As dez fotografias que compõem o ensaio visual não foram selecionadas por seu apelo estético ou por sua capacidade de ilustrar argumentos predefinidos. Elas foram escolhidas porque condensam, em sua materialidade visual, as tensões centrais que este trabalho procura investigar: a relação entre destruição e resistência, entre silêncio e denúncia, entre o peso do passado e a abertura para futuros possíveis. A Foto 2, com a inscrição "Samarco queria nos matar" sobre o muro, é talvez o exemplo mais contundente dessa condensação: numa superfície que o rejeito transformou em campo de batalha simbólico, a comunidade inscreveu sua

acusação. Não se trata de pichação anárquica, mas de ato político deliberado, que transforma o espaço do abandono em espaço de denúncia.

De modo análogo, a Foto 6, o interior do bar com a mesa de pebolim soterrada pela lama, opera em uma frequência particular: ela faz ver o que foi interrompido. O pebolim não é apenas um objeto destruído; é um símbolo do cotidiano que foi varrido. Sontag (2003) argumenta que fotografias de sofrimento têm o poder de convocar a consciência moral do espectador, mas adverte que essa convocação pode tanto mobilizar quanto paralisar. Nossas imagens buscam um terceiro caminho: não a paralisia diante da dor alheia, tampouco a mobilização superficial que logo se extingue, mas o reconhecimento de que cada objeto destruído carregava uma vida, e que a destruição desses objetos foi também a destruição de parte dessas vidas. As imagens, aqui, funcionam como catalisadoras dessa consciência ampliada.

A Foto 8, por sua vez, em que moradores e apoiadores carregam coletivamente o grande cruzeiro de madeira, sintetiza o argumento central deste trabalho sobre a organização como prática de resistência. Nenhuma pessoa carrega sozinha o peso da cruz. A força necessária para sustentá-la é distribuída entre muitas mãos, muitos ombros, muitos corpos. Essa distribuição do peso é, também, uma distribuição da memória e da luta: ela materializa a ideia de que a resistência ao esquecimento e à impunidade é um projeto coletivo, que não pode ser reduzido a trajetórias individuais de superação. A comunidade, em seu conjunto, carrega o que nenhum de seus membros seria capaz de carregar sozinho. E é justamente essa capacidade de se organizar coletivamente, mesmo diante da devastação, que torna Bento Rodrigues um espaço de produção ativa de futuros.

Há, ainda, nas fotografias, uma temporalidade que vale nomear: a do que resta. As marcas da lama nas paredes não são apenas registro do que aconteceu, mas evidência de um presente que ainda carrega o passado. Halbwachs (1990) nos ensina que a memória coletiva precisa de suportes materiais para se sustentar; ela não flutua no ar, mas se ancora em objetos, lugares e corpos que a tornam tangível. Em Bento Rodrigues, as ruínas funcionam como esses suportes: elas são, ao mesmo tempo, arquivo e monumento, evidência e apelo. Cada vez que a vegetação avança sobre os escombros e cada vez que a intempérie dissolve mais um fragmento de parede, algo da memória coletiva também se perde. Por isso, a fotografia das ruínas é também um ato de preservação, uma tentativa de fixar o que o tempo, a natureza e, sobretudo, a negligência institucional insistem em desfazer.

O contraste entre a monumentalidade do desastre e a escala dos gestos de resistência que encontramos em campo é, em si mesmo, um dado analítico relevante. Nenhum dos atos que acompanhamos, a caminhada pelas ruínas, o culto ecumênico, o carregar da cruz, o soar da sirene na praça, tinha a grandiosidade dos acontecimentos que os motivaram. Eram gestos humanos, limitados, cheios de afeto e de determinação. Mas é exatamente nessa escala que a vida se reconstrói, nos termos em que Das (2007) descreve o descenso ao ordinário após o trauma: não pela resolução definitiva da dor, mas pela capacidade de continuar habitando o mundo mesmo quando ele perdeu parte de seu sentido. Bento Rodrigues, uma década depois, é um lugar onde a vida continua, não apesar das ruínas, mas através delas.

Esse continuar de vida pelas ruínas tem também uma dimensão pedagógica que não devemos subestimar. As crianças que cresceram após o desastre aprendem sobre o que aconteceu não apenas pelas narrativas dos adultos, mas pelo próprio ambiente que as cerca: pelas paredes marcadas, pelos terrenos baldios, pelas conversas interrompidas que retomam sempre o mesmo ponto. Ortiz (2020) demonstra, em estudo sobre as crianças de Bento Rodrigues, que os mais jovens constroem suas identidades em relação a um evento que não

viveram diretamente, mas que configura seu mundo social de forma determinante. Essa transmissão intergeracional do trauma e da resistência é, também, uma forma de organização: ela garante que a memória não morra com os que a carregam em primeira mão, mas se renove em novas formas de compreensão e de luta.

Arrumar o mundo depois da lama: Reflexões Finais

Estar entre ruínas nos ensina que elas não pertencem apenas à ordem do passado. Como afirma Halbwachs (1990), a memória coletiva se ancora materialmente nos lugares, e é nesses vestígios que os grupos reencontram as bases para reorganizar o presente. Em Bento Rodrigues, as ruínas operam como dispositivos de ordenação social e afetiva: orientam práticas de luto, sustentam a continuidade das narrativas e mantêm viva a disputa pela legitimidade da memória. São mais do que restos, são estruturas que organizam o tempo e acionam formas de resistência.

As imagens produzidas ao longo do campo mostram que organizar, nesse território ferido, significa múltiplas coisas ao mesmo tempo. Organizar é lembrar, pois, como indica Bosi (1994), recordar é resistir à erosão intencional da história. Organizar é denunciar, uma vez que a materialidade das ruínas funciona como prova, aquilo que Sontag (2003) descreve como o poder político do testemunho visual. Organizar também é reparar e cuidar, práticas que emergem nas pequenas ações cotidianas que Das (2007) identifica como modos de "recompor o mundo" após a violência. Assim, o ato de organizar não corresponde a uma reconstrução física imediata, mas a um trabalho contínuo de recomposição ética e comunitária.

Nesse percurso, a etnofotografia demonstrou ser uma ferramenta potente para investigar o sentido organizacional do sofrimento e da reconstrução. A fotografia, ao decompor os detalhes e permitir revisitações sucessivas, amplia o alcance analítico do olhar dos pesquisadores, como argumenta Collier (1973), ela atua como extensão sensorial, captando nuances que escapam à percepção no instante da experiência. Além disso, como lembra Pink (2013), o registro visual não é neutro: ele compõe uma relação, cria interlocução e participa, ele próprio, da produção de sentido no campo. As imagens que aproximam interruptores rebaixados, portas soterradas ou cruzes fincadas no rejeito não são apenas documentos; tornam-se mediadoras da escuta e da interpretação.

Por fim, Mariana, dez anos depois, permanece como um campo eticamente carregado e politicamente sensível, no qual a vida precisa ser permanentemente reorganizada diante da destruição. Como observa Perrot (1989), são muitas vezes os fragmentos, aquilo que sobra, aquilo que resiste, que permitem compreender as estruturas sociais que permanecem em disputa. Nas ruínas, encontramos não apenas o testemunho do que foi perdido, mas também os modos inventivos de reexistência que a comunidade segue produzindo. Organizar, nesse contexto, não é um ponto de chegada, mas uma prática contínua de sobrevivência, dignidade e memória.

O que encontramos em Bento Rodrigues, uma década depois, não foi apenas ruína. Encontramos também a organização em seu sentido mais radical: comunidades que inventaram formas de manter-se unidas sem ter um território comum, que construíram redes de solidariedade nas brechas de um processo de reparação insuficiente, que transformaram o luto em denúncia e a denúncia em política. Zhouri (2023) aponta que os desastres da mineração no Brasil revelam um padrão estrutural no qual a crise crônica é administrada de modo a preservar a continuidade do modelo extrativista, ao mesmo tempo em que as populações atingidas são submetidas a processos de classificação burocrática que fragmentam a experiência coletiva do

sofrimento. Diante desse cenário, a resistência organizada das comunidades de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo não é apenas notável: é necessária.

A criação da Política Estadual dos Atingidos por Barragens de Minas Gerais (lei nº 23.795/2021) e da Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (lei nº 14.755/2023) representam conquistas que só foram possíveis pela pressão organizada das próprias comunidades ao longo de anos de luta. Essas legislações evidenciam que a organização comunitária tem poder de incidência política, mesmo quando mediada por instituições que frequentemente reproduzem a assimetria entre corporações e populações. A luta por reparação integral, articulada em seus sete eixos, mitigação, restituição, reabilitação, compensação, indenização, medidas de satisfação e ações de não repetição, demonstra a sofisticação conceitual e política alcançada pelos movimentos sociais que têm nas comunidades atingidas seus protagonistas.

Nesse sentido, a etnofotografia revela-se não apenas como método de pesquisa, mas como prática de alinhamento ético. Ao nos deslocarmos para Bento Rodrigues não como observadores externos, mas como pesquisadores afetados e comprometidos, colocamo-nos no interior de um campo de disputas em que a produção de conhecimento é ela própria uma prática política. Como argumenta Carneiro (2005), o epistemicídio, o apagamento sistemático de saberes produzidos por grupos subalternizados, é uma das formas mais insidiosas de violência, pois opera na invisibilização das condições de vida daqueles a quem já foi negada a condição de sujeitos. Ao valorizar as narrativas orais, os gestos rituais e as inscrições materiais que os próprios moradores constroem sobre as ruínas, estamos escolhendo cujos saberes contam e cujas dores merecem atenção acadêmica.

As imagens produzidas no campo também nos confrontam com a dimensão da temporalidade do desastre. A lama ressecada nas paredes, os interruptores desnivelados, os portões soterrados: esses elementos materiais inscrevem no espaço uma cronologia que recusa a linearidade do tempo oficial. Para os moradores, o desastre não tem uma data de início e uma de fim; ele é uma condição existencial que se renova a cada decisão burocrática adiada, a cada prazo de reparação descumprido. O acordo de reparação homologado em novembro de 2024, embora representasse um avanço, evidenciou que as comunidades atingidas ainda não tinham participado efetivamente das decisões sobre como desejavam ser reparadas. A reparação, tal como concebida institucionalmente, manteve a assimetria fundamental do desastre, confirmando o que Rocha e Baltazar (2024) identificam como a tendência do modelo extrativista de reproduzir violências mesmo em seus gestos reparatórios.

Por isso, concluímos que Bento Rodrigues, uma década depois, não é um lugar de superação. É um lugar de persistência: da dor que não encerra, da resistência que não recua e da memória que se recusa a ser pacificada. As ruínas que percorremos não são resíduos do passado: são testemunhos ativos de um presente ainda atravessado pela violência lenta da omissão e do abandono. Nesse sentido, organizar, nesse território, significa não apenas coordenar ações coletivas, mas também manter acesa a chama da memória como instrumento de denúncia, de afeto e de projeção de futuros nos quais o que aconteceu em Mariana não se repita. É a esse projeto de memória como resistência que este trabalho busca contribuir.

Este estudo apresenta algumas limitações que merecem ser reconhecidas. O trabalho de campo foi concentrado em um momento ritual específico, as comemorações dos dez anos do rompimento, o que implica um recorte temporal singular que pode não capturar a dinâmica ordinária das práticas comunitárias. A abordagem adotada é predominantemente orientada pelo olhar do pesquisador externo, ainda que comprometido com a escuta. Adicionalmente, o estudo não incorporou metodologias de participação direta dos moradores na produção das imagens, o

que poderia ampliar ainda mais a agência dos sujeitos no processo investigativo. Essas limitações não invalidam os achados, mas indicam horizontes a serem explorados em pesquisas futuras.

A partir dos achados deste estudo, sugerem-se as seguintes direções para pesquisas futuras: (a) estudos comparativos entre Bento Rodrigues e Brumadinho, explorando as especificidades de cada desastre e as formas de organização comunitária que emergiram em cada contexto; (b) investigações longitudinais que acompanhem a evolução das práticas de memória e resistência ao longo do tempo, para além dos momentos rituais e comemorativos; e (c) estudos focados nos processos de reassentamento e nas novas territorialidades produzidas pelas comunidades relocadas, examinando como se reconstrói o sentido de pertencimento após a perda do lugar de origem.

Referências

ACSELRAD, Henri. *Ambientalização das lutas sociais: o caso do movimento por justiça ambiental. Estudos Avançados*, v. 24, n. 68, p. 103-119, 2021.

AZZARITO, Laura. Participatory visual research for community empowerment and social change: photovoice, visual diary, photojournalism, and fotonovela. In: HAYES, S. (org.). *Handbook of Qualitative Methods in Physical Education, Sport and Health Sciences*. London: Routledge, 2023.

BARAD, Karen. Posthumanist Performativity: Toward an Understanding of How Matter Comes to Matter. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, v. 28, n. 3, p. 801–831, 2003.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Tradução de Sérgio Lamarão; Arnaldo Marques da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CARLILE, Paul R. et al. How Matter Matters: Objects, Artifacts, and Materiality in Organization Studies. Oxford: Oxford University Press, 2013.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. 2005. 339 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

COLLIER JR., John. *Antropologia visual: a fotografia como método de pesquisa*. São Paulo: EDUSP, 1973.

DAS, Veena. *Life and words: violence and the descent into the ordinary*. Berkeley: University of California Press, 2007.

DE LAET, Marianne; MOL, Annemarie. The Zimbabwe Bush Pump: Mechanics of a Fluid Technology. *Social Studies of Science*, v. 30, n. 2, p. 225–263, 2000.

EDENSOR, Tim. *Industrial Ruins: Spaces, Aesthetics and Materiality*. Oxford: Berg, 2005.

FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser afetado. *Cadernos de Campo*, São Paulo, n. 13, p. 155–161, 2005.

INGOLD, Tim. *Being alive: essays on movement, knowledge and description*. London: Routledge, 2011.

MOLINA, Ana Maria Ricci; BARBOSA, Francirosy Campos. Shahr-e No de Kaveh Golestan: uma leitura possível das dimensões política e religiosa de fotos de mulheres prostitutas (Teerã, Irã, 1975–1977). *PROA: Revista de Antropologia e Arte*, Campinas, v. 10, n. 2, p. 11–37, 2020.

NIXON, Rob. *Slow Violence and the Environmentalism of the Poor*. Cambridge: Harvard University Press, 2011.

ORLIKOWSKI, Wanda J. Sociomaterial Practices: Exploring Technology at Work. *Organization Studies*, v. 28, n. 9, p. 1435–1448, 2007.

ORTIZ, Diego Santiago. *O Bento das crianças: o (re)fazer da vida após o rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana-MG*. 2020. 179f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) — Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2020.

PEIXOTO, Clarice Ehlers. *Sociologia da Imagem: ensaios críticos*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

PERROT, Michelle. *Práticas da memória feminina*. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 9, n. 18, p. 9–18, 1989.

PIAULT, Marc-Henri. Antropologia e Cinema: passagem às imagens, passagem de imagens. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

PINK, Sarah. *Doing visual ethnography*. 2. ed. London: Sage, 2013.

PINK, Sarah. *Doing Visual Ethnography*. 4. ed. London: Sage, 2021.

ROCHA, M. C.; BALTAZAR, A. P. "A gente está no centro deles": mineração e produção de desastres. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 26, n. 1, 2024.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SOARES, N. B. *O processo de reassentamento do subdistrito de Bento Rodrigues: violências sobre as territorialidades dos indivíduos atingidos após o rompimento da barragem de Fundão*.

2024. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024.

SONTAG, Susan. *Diante da dor dos outros*. Tradução de Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SOUZA, T. R. de; CARNEIRO, K. G. O direito das 'pessoas atingidas' à assessoria técnica independente: o caso de Barra Longa (MG). *Revista Sapiência: Sociedade, Saberes e Práticas Educacionais*, v. 8, n. 2, p. 187-209, 2019.

SOUZA, T. R. de; SILVA, M. D. da. "Somos atingidos todos os dias": os efeitos dos desastres na comunidade de Paracatu de Baixo (MG). *Revista da Universidade Federal de Minas Gerais*, Belo Horizonte, v. 27, n. 2, p. 56-79, 2021.

STOLER, Ann Laura. *Imperial Debris: On Ruins and Ruination*. Durham: Duke University Press, 2013.

WANDERLEY, Sandro; BARROS, Alexandre. Organizar em Ruínas: Contribuições de Abordagens Multiespécies na Administração. *Revista de Administração de Empresas*, s.d.

ZHOURI, Andréa et al. O desastre da Samarco e a política das afetações: classificações e ações que produzem o sofrimento social. *Ciência e Cultura*, ano 68, n. 3, p. 36-40, 2016.

ZHOURI, Andréa. Crise como criticidade e cronicidade: a recorrência dos desastres da mineração em Minas Gerais. *Revista Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 29, n. 66, e660601, maio/ago. 2023.